

## A ABORDAGEM SOBRE O TERRITÓRIO EM AUTORES DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: MUTAÇÕES DE UM CONCEITO

**Lucas Labigalini Fuini\***  
Instituto Federal de São Paulo

**Resumo:** O objetivo deste artigo é reconhecer, através de uma seleção de autores e obras, as características principais da abordagem territorial na Geografia brasileira desenvolvida desde fins dos anos 1970, quando se reconhece um verdadeiro interesse na sistematização e no conhecimento teórico sobre o conceito em nossa ciência. No perpassar por autores, objetiva-se identificar a crescente multidimensionalidade e transescalaridade que o conceito adquire nos seus conteúdos e aplicações e a mudança de sentido explicativo que assume no avançar dos anos 2000.

**Palavras-chave:** Território. Territorialidade. História do pensamento. Político. Geografia brasileira.

### THE APPROACH TO THE TERRITORY IN AUTHORS OF THE BRAZILIAN GEOGRAPHY: MUTATIONS OF A CONCEPT

**Abstract:** The purpose of this article is to recognize, through a selection of authors and works, the main features of the territorial approach in the Brazilian Geography developed since the late 1970s, when it recognizes a real interest in the systematization and theoretical knowledge about the concept in our science. In pervade by authors, aims to identify the increasing multidimensionality and transescalarity that the concept gets in their content and applications and the change in explanatory sense that assumes in advance the years 2000.

**Keywords:** Territory. Territoriality. History of thought. Political. Brazilian geography.

### EL ENFOQUE SOBRE EL TERRITORIO EN AUTORES DE GEOGRAFÍA BRASILEÑA: MUTACIONES DE UN CONCEPTO

**Resumen:** El objetivo de este artículo es reconocer, a través de una selección de autores y obras, las características principales del abordaje territorial en la Geografía brasileña desarrollada desde fines de los años 1970, cuando se reconoce un verdadero interés en la sistematización y en el conocimiento teórico sobre el concepto en nuestra ciencia. En el traspaso por autores, se objetiva identificar la creciente multidimensionalidad y transescalaridad que el concepto adquiere en sus contenidos y aplicaciones y el cambio de sentido explicativo que asume a lo largo de los años 2000.

**Palabras-clave:** Territorio. Territorialidad. Historia del pensamiento. Político. Geografía brasileña.

## Introdução

O território é definido, através da síntese de diversos autores, como o recorte do espaço delimitado por relações de poder que envolvem a produção e a apropriação espacial, com conotações políticas, econômicas, culturais, sociais ou naturais, sendo que essas relações são alimentadas por fluxos que ocorrem em diversas escalas, do local ao global. Este trabalho baseia-se em uma revisão bibliográfica que busca sintetizar e comparar as visões territoriais de autores como Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Bertha Becker, Antônio Carlos Robert Moraes, Rogério Haesbaert da Costa, Marcos Aurélio Saquet, entre outros geógrafos e pesquisadores que analisaram o território a partir de determinados parâmetros teóricos e seguem linhas de reflexão que perpassaram os âmbitos político, econômico, social e cultural, em diferentes contextos históricos.

Segundo Saquet (2007a), o conceito de território não foi central no processo de renovação da Geografia brasileira ocorrido entre 1960 e 1980, movimento mais centrado no conceito de espaço, sobretudo por aqueles que seguiam a teoria do valor de Karl Marx. A verdadeira expansão e qualificação desses estudos de território e territorialidade ocorre no início dos anos 1990, com a retomada do conceito como conteúdo explicativo das práticas sociais e espaciais vigentes. Santos (2002) ressalta, em texto de 1993, que os novos recortes e as novas formas de funcionamento do território decorreriam do papel que a ciência, a tecnologia e a informação exercem na mundialização/globalização, configurando horizontalidades (contiguidade territorial entre lugares vizinhos que permitem um acontecer solidário) e as verticalidades (formadas por pontos distantes ligados por formas e processos sociais, como as redes).

Com as mudanças correntes no mundo, podem-se ser procurados dois caminhos para a compreensão do território, segundo Sposito (2004). O primeiro, pelo viés do desenvolvimento tecnológico e das redes tecnológicas a superar as barreiras de distâncias que contestam as fronteiras territoriais tradicionais e fazem emergir, simultaneamente, novas necessidades e reivindicações fronteiriças nacionais e de grupos minoritários; e o segundo, pelo viés das territorialidades individuais, com forte conteúdo imaterial e simbólico, remetendo às experiências cotidianas coletivas e singulares (de satisfação, necessidades e da liberdade) em espaços e tempos que se expressam em relações de uso, apropriação e controle de áreas específicas, os territórios, que podem estar associados a casa, rua, ambiente de trabalho, grupo de pessoas, como manifestações de solidariedades e territorialidades.

Considerando esses pressupostos, o presente artigo, por meio de uma revisão bibliográfica e sistematização de ideias e concepções, propõe analisar a contribuição

territorial da Geografia brasileira, à luz de autores que deram destaque ao conceito em suas análises, buscando analisar os principais fundamentos teórico-autoriais da discussão sobre território realizada no Brasil nos dias atuais; investigar o período histórico (fatores externos) que acarretou em mudanças na epistemologia de análise do território brasileiro (fatores internos); e, por fim, investigar as contribuições de autores brasileiros selecionados que explicitamente tornaram o território seu núcleo de reflexões e pesquisas, alguns deles sem excluir outros conceitos e temas de análise. Pretende-se, assim, trazer uma contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro e sua epistemologia, além de dispor um material de consulta para futuros estudos na área.

## O território na Geografia brasileira: primórdios

Durante a primeira metade do século XX, a Geografia brasileira esteve bastante envolvida com a descoberta dos aspectos fisiográficos e de povoamento do território brasileiro, incorporando o referencial metodológico de inspiração lablachiana para investigar as diversidades regionais do quadro natural e econômico (MORAES, 2000). Assim, naturalizou-se o "território" como um fato e referência das fronteiras políticas do Estado, não se aprofundando teoricamente sobre seus usos e os fenômenos de identidade social. Tratava-se de uma prática geográfica mais pautada na descrição e na síntese dos elementos apreendidos na paisagem. Orlando Valverde, geógrafo brasileiro, seguindo a tradição do método lablachiano, realizou diversos trabalhos explorando nuances regionais-locais e temáticas do território brasileiro, mas sempre colocando este como um pano de fundo onde se expressam os fatos geográficos, sobretudo aqueles associados à questão agrária (VALVERDE, 1967; ADAS, 2006).

Dos anos 1960 aos 1980, exceto em trabalhos específicos como o de Becker (1983), a tratar da gestão territorial (uso político do território), a pesquisa geográfica pouco enfatizou o conceito de "território" como eixo analítico. Imersa em um ambiente universitário dominado pelo pensamento crítico-marxista ou neopositivista (quantitativista), o primado, nesse período, se deu para o conceito de espaço, visto tanto na perspectiva da produção e valorização do espaço, sob inspiração marxiana, quanto na perspectiva de um espaço (absoluto ou relativo) em perspectiva matricial ou na visão de sistema, como conjunto de pontos cujo funcionamento se dá em uma lógica predeterminada (SAQUET, 2007b)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>É possível afirmar que um dos geógrafos pioneiros a assumir a perspectiva territorial em idos dos anos 1980 e início dos 1990 é Wanderley Messias da Costa (docente da Universidade de São Paulo-USP), em seus estudos vinculados às lógicas espaciais de atuação do Estado brasileiro. Uma de suas obras de maior destaque no período foi *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*, de 1988, da coleção *Repensando a Geografia*, obra em que discute o povoamento brasileiro, a formação de nosso Estado-nação e a articulação de suas políticas territoriais,

Saquet (2007a) nos revela que o impulsionamento do uso do conceito de território ocorre, no Brasil e no exterior, e mais especialmente na Geografia humana, pelo renovado interesse em se compreender fenômenos e processos de produção, circulação, comunicação, identidades e relações de poder, sendo que as linhas de influência principais foram as seguintes:

- a) a partir e com estudos de C. Raffestin, a mais expressiva, destacando-se aspectos econômicos e políticos do território e da territorialidade; b) com argumentações de Deleuze e Guattari, evidenciando as dimensões da cultura e da política; c) com J. Gottman e R. Sack, eminentemente geopolítica; d) com estudos de fenômenos e processos de desenvolvimento territorial, feitos por italianos como A. Bagnasco, G. Becattini, G. Dematteis, e outros; e) a partir e com reflexões de M. Santos, tendência também bastante significativa, edificada através de sua compreensão de configuração territorial, dos fixos e fluxos e do território usado (...). (SAQUET, 2007a, p. 120)

Duas coletâneas de textos publicadas na primeira metade dos anos 1990, no Brasil, serviram como indutoras e estimuladoras do debate territorial dos anos seguintes, reunindo ensaios teóricos, propostas metodológicas e estudos aplicados apoiados no conceito de "território". Trata-se da obra *Território, globalização e fragmentação*, organizada por Milton Santos, Maria Adélia de Souza e Maria Laura Silveira, todos associados ao curso de Geografia da USP, de 1993, que teve a intenção de ser uma síntese das contribuições dadas pelos participantes-convidados do Seminário Internacional *Território, Globalização e Fragmentação*, realizado na USP e organizado pela Anpur (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional). Além de um artigo de Milton Santos, intitulado "O retorno do território", a coletânea traz uma sessão especificamente dedicada ao território (Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local), contendo visões de já renomados geógrafos como Manuel Correia de Andrade, Pedro P. Geiger, Roberto Lobato Corrêa e Helena Kohn Cordeiro.

Outra obra que se popularizou no debate acadêmico e gozou de ampla reputação em cursos de Geografia e ciências sociais, além de vinculação em editais de concursos públicos para professores, foi a coletânea *Geografia: conceitos e temas*, lançada em 1995 e organizada pelos geógrafos Iná Elias Castro, Paulo César da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa. Mostrando uma preocupação precípua com o tratamento didático dos conceitos e temas abordados, a obra apresenta

perpassando diversos períodos de governo. Nela, o autor afirma que as políticas territoriais se inscrevem nos campos da geografia política e da geopolítica e abrangem toda e qualquer atividade estatal que envolva, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas (COSTA, 1988, p. 13-14).

três dos seus artigos explorando, a partir de propostas de estudos diferenciadas, o território (Marcelo Lopes de Souza), a (des)territorialização (Rogério Haesbaert) e a gestão territorial (Cláudio Egler).

Daí a importância de destacar alguns geógrafos brasileiros cujos trabalhos discorrem teórica e empiricamente sobre o território e que acabaram influenciando, por suas obras, o tratamento que dá à relação espaço-poder no País. Destacaremos neste artigo oito deles: Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Bertha Becker e Antonio Carlos R. Moraes, como vinculados a uma dimensão mais política (histórica, geopolítica e econômica); Carlos Walter Porto-Gonçalves e Marcelo Lopes de Souza, como representantes de um território em transição e com identificação crescente com as lutas sociais por direitos e território-territorialidades nos espaços urbano e rural, e Rogério Haesbaert e Marcos A. Saquet, como expoentes de uma linha mais renovada e de abordagem plural.

### Território embrionário: do sentido (geo)político-histórico ao político-econômico

Algumas das contribuições urdidas na Geografia brasileira a partir dos anos 1980 por autores interessados na epistemologia científica e na história do pensamento questionaram também o estatuto dos conceitos geográficos, e aí foi retomada a centralidade do território no debate geográfico. Essas contribuições advindas de nomes como Milton Santos, Bertha Becker, Antônio Carlos Robert Moraes e Manuel Correia de Andrade aprofundam o caráter eminentemente político do conceito, um momento embrionário do movimento de sistematização teórica, com interesse especial para a construção histórica das formações territoriais e da geopolítica da ação do Estado e dos grandes grupos no território, mas que já manifestam as possibilidades de uma abordagem territorial, sobretudo em Santos e Becker, que possa compreender processos e movimentos vinculados a escalas menores, do local e dos grupos sociais, e as escalas maiores, do global e das grandes corporações e entidades supranacionais, passando pela fundamental escala do Estado-nação.

#### Milton Santos: território e usos do território

O geógrafo baiano Milton de Almeida Santos (1926-2001), certamente o mais ilustre geógrafo brasileiro, é titular de uma extensa obra, que reúne mais de 40 livros escritos em sua passagem pela Universidade Federal da Bahia, institutos de planejamento, em diversos centros universitários mundo afora durante o exílio (1964 a 1977) e em seu último e mais profícuo local de trabalho,

o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no qual formou uma série de "discípulos" (SAQUET; SILVA, 2008). A categoria "território" só passa a ser mais constante na obra miltoniana a partir de 1993, quando o autor intitula de "O retorno do território" sua exposição e o texto para o evento "O novo mapa do mundo", organizado por ele, Maria Adélia Souza e Maria Laura Silveira, e pela Anpur, sendo realizado na USP.

Na obra *Por uma Geografia nova (...)*, de 1978, referência e síntese das ideias da Geografia radical ou crítica no Brasil (lembrar do subcapítulo "Toda teoria é revolucionária"), Santos (2002) aproxima o território do Estado-nação, buscando diferenciar, assim, território de espaço. O território seria um dos elementos formadores do Estado-nação (ao lado do povo e da soberania), e em sua utilização é que o espaço geográfico se expressa. O território apresenta limites fixos, mas cuja extensão é variável historicamente, e suas formas de ocupação são definidas pelo uso do poder (o soberano, com suas formas coercitivas) e pelas relações entre classes sociais envolvidas no âmbito do modo de produção dominante em escala mundial.

Além dessa ênfase estritamente política, em outras aplicações da categoria em obras do autor ver-se-á uma análise enfatizando aspectos que qualificariam o território a partir dos seguintes elementos: escalas, relação global-local, atividades econômicas e produtivas e as infraestruturas. Em 1985, na obra *Espaço e Método*, síntese da teoria miltoniana e que subsidiaria suas obras posteriores, o território é visto por sua aplicabilidade-funcionalidade, não necessariamente por sua natureza. Este seria formado por frações funcionais diversas que dependem de demandas de vários níveis, do local até o mundial, e cuja articulação (dessas frações) se opera por fluxos criados pelas atividades, população e herança espacial (SANTOS, 1992). Antecipa-se, assim, a ideia de "território usado", mas sem explicitá-la ainda.

Em 1993, na obra de compilação *Território: globalização e fragmentação*, fruto de um seminário internacional de mesmo nome e realizado em 1993, Santos (2002) lança sua tese do "retorno do território". Esse retorno decorreria da renovação da abordagem, que não se limitaria mais à concepção advinda da modernidade que restringia o território a "base e fundamento do Estado", que o "moldava". A transnacionalização do território, pela via da mundialização do capitalismo, que impõe novas sinergias, tornava antiga a ideia de Estado-territorial, ou da exclusividade do Estado como o único agente a "definir os lugares". Assim, aparece a concepção de "território usado", definido por seus objetos e ações, associado à análise da fluidez que rege as relações econômicas. Seria sinônimo de espaço humano, espaço habitado. A informação exerceria, no período contemporâneo, o papel fundamental de reunir as diferentes porções territo-

riais, em um território formado por "lugares contíguos e lugares em rede", dando possibilidade ao surgimento de novas "solidariedades" e intercâmbios.

Em obra de 1996 o autor vai buscar sintonizar sua análise do território aos chamados "espaços da globalização". O território será tratado como "a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local" (p. 271), já que o conjunto de possibilidades do mundo (ou da economia mundial capitalista) encontra suas oportunidades de realização nos lugares. Assim, vai-se chocar uma "ordem global", como norma desterritorializadora (pois separa o centro da ação e a sede da ação, ver o exemplo das companhias multinacionais), com um território local como norma, que reterritorializa em uma ordem local os fluxos e ações (pois reúne em uma mesma lógica interna o cotidiano imediato formado pela contiguidade de população de objetos, os homens, empresas e as formas sociais, jurídicas e geográficas) (SANTOS, 1996).

Em sua última obra, de 2001, em parceria com a geógrafa argentina Maria Laura Silveira e com auxílio de seu grupo de orientandos e parceiros, Milton Santos já destaca no título do livro sua preocupação com a categoria operacional de território: *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, um compêndio que se propõe a realizar uma análise da evolução do Brasil e sua nação através do território ("visto como unidade e diversidade, a questão central da história humana"), considerando sua materialidade (sistemas de engenharia) e seus fluxos (sistema de movimentos), além do quadro normativo-regulatório subjacente à relação Estado-empresas e território.

Posto isso, os autores retomam concepções já pronunciadas em obras anteriores, sobretudo dos anos 1990, e definem o território por duas vertentes: a) como o nome político para espaço de um país, geralmente vinculado à relação Estado-território (pois nem toda nação tem um território próprio); b) através de seu uso, definido pela implantação de infraestruturas e pelo dinamismo da economia e da sociedade, envolvendo os movimentos (população), distribuição (das atividades), arcabouço normativo e o alcance/extensão da cidadania. A territorialidade, outra variável inerente à categoria, é trabalhada com a ideia de pertencimento a um território em termos de exclusividade e limite (lembrando RAFFESTIN, 1993), e, além disso, tratando também da "preocupação com o destino e a construção de um futuro" atrelado a um determinado espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 19).

[Bertha K. Becker: geopolítica e territorialidades diversas](#)

Bertha Koiffman Becker (1930-2013), geógrafa brasileira que fez carreira no IBGE e na Universidade

Federal do Rio Janeiro, teve toda uma obra vinculada a questões geopolíticas, com destaque para a região amazônica, pensando nas estratégias territoriais do Estado brasileiro, tanto em termos críticos quanto propositivos. A professora, autora de 50 artigos em periódicos, 18 livros e 70 capítulos de livros, foi agraciada com diversas homenagens e títulos em sua carreira (<<http://www.cnpq.br/web/guest/pioneiras-view/>>).

Em trabalho de 1983, considerado seminal<sup>2</sup>, e em outro de 1988, a autora define o território, com base em Raffestin (1993), como o espaço da prática e também um produto da prática espacial, envolvendo a apropriação de um espaço que implica um limite, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço, além de ser também um produto usado e vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática. O território seria um produto produzido e consumido pela prática social (BECKER, 1983, p. 19). Já a territorialidade, com base em Sack (1986) e Bordreuil; Ostrowsky (1979), é "a relação com o espaço que se tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do reforço do controle sobre uma área geográfica específica, o território (BECKER, 1988, p. 128).

O caráter inovador da abordagem beckeriana já aparecia desde o artigo de 1983, quando a autora sugeria que a perspectiva territorial não se aplica somente à análise da ação do Estado-nação, mas também das empresas (que usam as várias escalas) e dos grupos sociais dominados. Quanto aos grupos sociais dominados, enfatiza-se os movimentos de resistência das populações à manipulação de seus territórios, aos riscos de expulsão, de quebra de laços com a terra, à mobilidade da força de trabalho, em geral, aos conflitos de perda do território e luta pela terra.

O território é a face vivida do poder que se manifesta em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais e que se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, em uma identidade de base territorial. Já a gestão do território é "uma prática científico-tecnológica do poder no espaço-tempo" (BECKER, 1988, p. 129), articulando a perspectiva da modernidade e da coerência das múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade e um princípio de realidades (relações de poder absorvendo conflitos), em uma estratégia formulada e tecnicamente aplicada por empresas e elementos de governo, em uma gestão identificada com a logística, com a preparação dos meios e a velocidade de sua atuação em uma visão projetiva de futuro.

Ao estudar o significado histórico das novas

<sup>2</sup>Uma das primeiras sistematizações mais amplas sobre o conceito de Território encontrada na Geografia brasileira, apresentada em evento da UGI (União Geográfica Internacional) em 1982.

tecnologias em relação às estruturas espaço-temporais, Becker (1995) destaca as dimensões e lógicas econômicas, políticas e culturais que convergem para a diferenciação espacial e valorização estratégica dos territórios, contrastando o espaço de fluxos acionado por decisões políticas e estratégias organizacionais e logísticas, com os projetos alternativos advindos da sociedade – e seus movimentos sociais.

Inspirada em Raffestin (1993 [1980]) e Sack (1986), Becker (2010) trata do território como espaço da prática, que inclui limites e relações de apropriação; já a territorialidade<sup>3</sup> é a relação que se estabelece com o espaço buscando influenciar, controlar ou afetar ações em certas áreas. A gestão territorial, por sua vez, é a prática estratégica e científico-tecnológica do poder no espaço, considerando que a gestão seria um conceito surgido na modernidade que envolve a articulação coerente de decisões e ações por uma direção política, de governo. A autora desenvolve reflexões sobre a aplicação de políticas no território através do planejamento estatal, com forte ênfase na geopolítica.

### Antônio Carlos Robert Moraes: valorização do espaço e formação territorial

O geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes desempenha suas atividades acadêmicas na USP, atuando nas áreas de Geografia humana e História do pensamento geográfico. Em sua vasta obra até o momento produzida (32 artigos científicos; 26 livros e 33 capítulos de livros), dá-se grande ênfase ao estudo do território, da territorialidade e da formação territorial no Brasil.

Assim, a valorização do espaço aparece como quadro teórico e genérico de questionamento, e a formação do território é um objeto empírico, um ajuste de foco na ótica de captar o movimento histórico. A valorização do espaço, sob o modo capitalista de produção, se dá pelo processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social ao longo da história, sendo esse processo resultante do trabalho humano como ato de incorporação e criação de valor. Esse valor, incorporado ao solo (trabalho morto), substantiva-se na paisagem (congela-se) em relações sociais específicas que se tornam qualidades dos lugares (MORAES, 2000).

Posto isso, o território é tratado como um espaço social,

<sup>3</sup>Becker (1988) aproxima a noção de territorialidade à de gestão territorial. A autora define a territorialidade tanto como estratégia de controle sobre uma área geográfica (afetar, influenciar e controlar ações) quanto aquilo que se manifesta em diferentes escalas e em relações sociais cotidianas ou mais complexas através da identidade e do estoque cultural; e a gestão territorial como uma prática estratégica, científica e tecnológica e vinculada à logística, de poder no espaço-tempo.

(...) um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. Tal característica diferencia esse conceito na comparação com outros (como região e paisagem), que podem manifestar-se adjetivados por fenômenos naturais. O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço. (MORAES, 2000, p. 18)<sup>4</sup>

Moraes (2000) pontua que o resgate do conceito pela Geografia, nos anos 1960, dá-se por dois caminhos: pelo de orientação metodológica marxista, que propõe uma reflexão em base econômica e política e que qualifica o território pelo seu uso (apropriação e domínio) social; e outra que trata o território como espaço de referência cultural (visão antropológica), que se qualifica pelo significado que grupos e segmentos da sociedade dão a ele, através dos processos de identidade societária e consciência espacial, concebendo um espaço de exercício de diversas territorialidades. Dessa diferenciação das perspectivas territoriais, o autor conceitua o que viria a ser uma formação territorial como objeto de pesquisa, através dos seguintes postulados: "busca a gênese de conjuntos espaciais contemporâneos em movimento de crescente unidade e integração"; "são resultados de construções de natureza bélicas, jurídicas e ideológicas"; "envolve uma faceta de colonização expressa na difusão de um modo de vida da sociedade que empreende uma expansão política"; "considera-se os territórios atuais como resultados de uma história" (MORAES, 2000, p. 19-23).

Na análise de A. C. R. Moraes, dá-se também primazia à aproximação do território com o Estado, manifestando o conteúdo político e ideológico do território, pois, no mundo moderno, Estado é de imediato definido como um Estado dotado de território, criando-se a jurisdição definida como Estado territorial<sup>5</sup>.

A construção política dessa jurisdição pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física do poder, expresso num aparato estatal. Entretanto, a consolidação desse amálgama entre Estado e território ocorre como um processo lento, no qual aquela extensão areolar (de área ou circular) tem de ser organizada e operada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural, até resultar numa unidade tomada como evidente: um país. A esse processo, pode-se denominar de formação territorial-estatal, a forma geográfica de analisar a formação de um Estado-moderno. (MORAES, 2002, p. 62)

<sup>4</sup>Em outro texto, Moraes (2005) define o território como entidades históricas, que expressam o controle social do espaço por uma dominação política institucionalizada.

<sup>5</sup>Mônica Arroyo, professora da USP, bem destaca a relação Estado, território e mercado, buscando explicar as origens dos Estados territoriais, em artigo publicado na revista *Geographia*, da UFF (ano 6, n. 12, 2004).

## Manuel Correia de Andrade: território político e territorialidade

O geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade (1922-2007) construiu uma extensa obra bibliográfica na ciência geográfica entre 1952 e 1995, compreendendo cerca de 100 títulos, incluindo aí livros didáticos. Perpassando por influências teóricas diversas, desde a escola francesa até a crítico-marxista, o autor se notabilizou pelos estudos sobre a formação territorial brasileira, com destaque para a Região Nordeste e seus problemas agrário-fundiários. Assim pautou-se, na maior parte de suas obras, por um pensamento e prática atrelados à visão de território em termos político-administrativos.

Em livro de 1995, intitulado *A questão do território no Brasil*, Andrade (2004) retoma o quadro conceitual com o qual já trabalhava para tratar da ocupação do território brasileiro, diferenciando a perspectiva inicial de território, vinculada à área de influência animal, em relação à perspectiva geográfica moderna, com a preocupação com o Estado e o controle do território (F. Ratzel), e das relações entre classes sociais e o espaço dominado e ocupado (E. Reclus). Na síntese de ideias do autor, "para se refletir sobre o problema do território no Brasil, tem-se que levar em conta as relações existentes entre o espaço delimitado geograficamente e administrativamente pelas fronteiras e o território verdadeiramente ocupado" (ANDRADE, 2004, p. 20).

Em texto publicado na obra já comentada *Território, globalização e fragmentação*, baseada em evento de 1993, Andrade (2002) traz sua concepção sobre território e territorialidade, à luz do caso brasileiro. O território estaria ligado à ideia de poder, de domínio e gestão de uma determinada área, ou por um poder público-estatal ou por grandes empresas. A territorialidade forma-se através da consciência que as pessoas que habitam um território dão a ele, tendo uma forma subjetiva associada à consciência de confraternização e participação.

## Territórios em transição: a política dos povos e o sociocultural em voga

Ainda que não totalmente desvinculados da lógica territorial vinculada ao poder político, surgem estudos nos anos de 1990 que propõem entender as lutas pelo território, como direito, nos projetos de emancipação e busca por autonomia das populações e movimentos sociais dialogando com referenciais que vão além da Geografia, buscando na filosofia, na sociologia e na antropologia fonte de informação para sustentar essa linha interpretativa sobre espaço-poder.

## Carlos Walter Porto-Gonçalves: o direito ao território e territorialidades emancipatórias

Carlos Walter Porto-Gonçalves, geógrafo carioca e professor da UFF (Universidade Federal Fluminense), possuidor de vasta produção bibliográfica (50 artigos, 18 livros publicados em organização e/ou edição e 70 capítulos de livros, considerando dados a partir de 2000), inicia seus estudos na perspectiva geográfico crítica-marxista, mas na virada para os anos 2000 é que aprofunda reflexões sobre o território e as territorialidades. Em texto de 1992, o autor define o território como um espaço tornado próprio pelos seres que instituem suas identidades coletivas através da prática de geo-grafar a terra, dando o exemplo da unificação política propiciada pela difusão linguística. Fugindo do rótulo de pós-moderno, e das dicotomias subjacentes, o que o autor propõe é uma crítica ao sistema-mundo moderno colonial, baseado na colonização da América e na assimétrica relação que a Europa propõe com outras partes do mundo.

Essas relações assimétricas prosseguem ainda hoje, como sugere Quijano (2000), com a colonialidade do poder (e do saber), conjunto de relações de poder mais profundo e duradouro que, mesmo com o fim do colonialismo (forma de dominação político-econômica e administrativo-jurídica das metrópoles europeias sobre as colônias), se mantém arraigado nos esquemas culturais e de pensamento dominantes, legitimando e naturalizando as posições assimétricas em que formas de trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios são localizadas no mundo contemporâneo, tanto nas estruturas nacionais internas quanto no sistema internacional.

Assim, a recuperação do território se dá pela descolonização do pensamento, em que o conceito (e o Estado territorial) possa ir além de uma visão eurocêntrica apoiada no Direito romano (visão de propriedade) e no Tratado de Vestfália de 1648 (visão de soberania). Propõe-se desnaturalizar o território como substância a-histórica, um estaque continente de poder, e mostrá-lo como invenção e realização concreta dos sujeitos históricos que o instituiu, de blocos históricos regionais conformados a partir de relações sociais e de poder assimétricas, e de formas de manifestação de poder subalternizadas e de resistências contra-hegemônicas.

Classificando a territorialidade como as identidades que estão ensejadas no processo de apropriação do espaço (a dimensão simbólica desse processo que pode ser dinâmica e mutável), Porto-Gonçalves (2002) afirma que nos pós-guerra advém um caos sistêmico a partir do qual passarão a conviver formatos de territorializações do Estado Nacional, o Imperialismo, o Império (ordem global supranacional), ao lado de "múltiplos protagonistas (camponese(a)s, indígenas, negro(a)s, mulheres, ambientalistas, trabalhador(a)s, assalariado(a)s

que (r)existem com/contra essas diferentes ordens e que são portadores de múltiplas territorialidades potenciais" (p. 237). Assim, apresentam-se, no período atual, territorialidades emancipatórias e contrárias à colonialidade do poder erigido na ordem vestfaliana moderna (dos Estados-nação oriundos no século XVII), associadas a uma ação mais comunitária e contra-hegemônica de se associar o território a uma apropriação pública e a um direito dos povos (da distribuição igualitária de seus recursos).

O autor usa o exemplo dos seringueiros do Acre, em artigo de 2006, para tratar de formas de apropriação familiar e comunitárias (uso comum) dos recursos naturais, formas estas de organização espacial sem regulação estatal. Assim, o autor conclui

(...) que pensar a terra a partir do território implica pensar politicamente a cultura. Assim, eram racionalidades distintas em conflito. Concretamente a luta política era também uma luta para afirmar outras epistemes. Naquelas circunstâncias inventou-se uma determinada territorialidade, a reserva extrativista, onde inclusive se rompe com a tradição eurocêntrica de, como sempre, separar, ali, no caso, a natureza da sociedade, como se faz nas unidades de conservação (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 168).

Porto-Gonçalves avança em uma construção própria que vai de confronto aos parâmetros da modernidade ao também buscar a superação da visão estanque que associa território ao poder do Estado, e sua crítica ao colonialismo e à colonialidade requer identificar e aceitar novas formas de poder que se manifestam no tecido social.

## Marcelo Lopes de Souza: poder e autonomia no/do território

O geógrafo Marcelo Lopes de Souza, docente e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em movimentos sociais, ativismos e problemas urbanos, tem dado destaque em sua obra (composta por 50 artigos, 18 livros publicados, em organização e/ou em edição e 70 capítulos de livros) ao conceito de território como categoria operacional para entender as diversas manifestações de desenvolvimento socioespacial e das autonomias nas áreas urbanas, buscando nesse diálogo fontes menos usuais, como a obra neomarxista de Cornelius Castoriadis e a geografia anarquista de Piotr Kropotkin.

O autor iniciou seus estudos aplicados pela dimensão da produção do espaço e relações de poder na escala do bairro. Em artigo de 1988, consubstanciado em sua dissertação de Mestrado, Souza (1989) define o bairro além de uma simples delimitação física ou agrupamento de quarteirões ou uma localização histórico-comunitária

ria ou planejada em sua função/uso e que exerce certa função na dinâmica urbana, ou seja, uma dimensão territorial e outra funcional. O que o autor quer é compreender o bairro como manifestação dos conflitos sociais e das relações de poder que se dão no espaço das cidades e que fazem emergir diversos formatos de ativismos sociais nos subespaços urbanos, concebendo o bairro como uma construção social que amalgama as pessoas (a comunidade) por vínculos não somente econômicos (residir e trabalhar) e simbólico-afetivos, mas também políticos.

Caracterizado pelas relações do poder que se expressam no espaço, a compreensão do território, segundo o autor, mudou durante o transcorrer da história do pensamento geográfico. Buscando superar o distanciamento entre a abordagem política (que se refere ao Estado, solo pátrio) e cultural (de grupos sociais, tribos urbanas), propõe a perspectiva de territorialidade como “campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define um limite, uma alteridade, entre ‘nós’ (do grupo, da comunidade) e os ‘outros’ (estranhos, os de fora)” (SOUZA, 1995, p. 86). Assim, considerando as relações sociais projetadas no espaço, poderíamos ter, em áreas urbanas e nas metrópoles, a presença de territórios (e territorialidades) da prostituição feminina e masculina (os chamados espaços deteriorados), com um caráter cíclico (ou flutuante) de territorialização entre usos diurnos e noturnos, e móvel e de limites instáveis com áreas de influência deslizando sobre espaços variáveis (ruas, becos e praças).

Há também a formação de territórios com temporalidade bem definida encontrados nas grandes cidades, como os nordestinos em certas áreas públicas (praças) e os camelôs em certas ruas, envolvendo conflitos devido à apropriação do espaço em ambientes que os discriminam. Há também a territorialidade descontínua e altamente pulverizada do tráfico de drogas, pois seus territórios-enclave acham-se disseminados pelo tecido urbano, comportando-se como uma territorialidade-rede típica de organizações criminosas e grupos mafiosos, articulando territórios contínuos (favela territorializada pela organização criminosa) e descontínuos (mercado de consumo de drogas) na lógica de exclusividade de um poder em um território. O autor propõe que tanto o conceito de território quanto o de desenvolvimento, que se encontram envoltos historicamente na figura do Estado-nação e no modelo civilizatório ocidental e capitalista (que propõe o controle e dominação do território por grupos hegemônicos em perspectiva conservadora), devem permitir um engajamento maior na perspectiva das territorialidades autônomas.

Tal perspectiva levaria à superação do economicismo predominante na abordagem do desenvolvimento,

pensando-a no sentido de uma coletividade ter o poder de reger a si própria, pois, “para uma dada coletividade, gerir autonomamente o seu território e autogerir-se são apenas os dois lados de uma mesma moeda, e representam ambos uma *conditio sine qua non* para uma gestão socialmente justa dos recursos contidos no territórios” (SOUZA, 1995, p. 112), como se vê e se viu algumas vezes no Brasil em movimentos de ativismos urbanos e regionalismos que atrelaram sua territorialidade à luta por maior justiça social. Essa característica do desenvolvimento, pensado em termos de distribuição mais justa de renda (e oportunidades) e de cunho político participativo (“democracia radical”), é aquilo que o autor denomina como utopia do desenvolvimento socioespacial.

### Territórios integradores: multidimensionalidade e interesalaridade

Sob influência da obra de Raffestin (1993), Por uma Geografia do poder, e suas concepções de território e territorialidade, e de outros autores e filósofos denominados pós-estruturalistas (ou adeptos de um marxismo renovado), como Michael Foucault, Cornelius Castoriadis, Giles Deleuze, Félix Guattari, entre outros, dá-se um processo de renovação da abordagem territorial brasileira em um rico debate envolvendo a fronteira da Geografia com a filosofia, psicanálise, antropologia, sociologia, economia, história, situada na discussão que envolve “território” e “relações de poder”, “território-territorialidades” e “autonomia política”. Ainda no veio que inspirava novas leituras territoriais na Geografia, evidencia-se a (re)descoberta de geógrafos estrangeiros que ainda não ecoavam fortemente nas discussões e pesquisas brasileiras, como Robert Sack e Giuseppe Dematteis, em suas visões sobre apropriação-controle, produção, represtação do espaço<sup>6</sup>. Duas das representações que mais crescem nesse período são as abordagens multidimensionais e multiescalares do território, superando a visão territorial Estado-nacional, e as perspectivas relacionais e de movimento do/no território, destacando a abordagem via T-D-R (territorialização-desterritorialização-reterritorialização).

<sup>6</sup>Nesse processo, o geógrafo Milton Santos permanece como estimulador, através de sua reflexão sobre os conceitos básicos da Geografia, de pesquisas acadêmicas e estudos diversos a pensar sobre os usos do território e suas manifestações políticas e econômicas, sobretudo. Um exemplo dessa influência se dá pela continuidade de seu pensamento através do grupo de pesquisa que formou e que reúne diversos acadêmicos da atualidade que prosseguem na linha de análise territorial, como Maria Adélia Souza e Maria Laura Silveira, além de Mônica Arroyo (USP), Márcio Cataia (Unicamp), Fábio Bertoli (USP) e Ricardo Mendes Antas (USP). Outros influenciados foram Rogério Haesbaert, cujo prefácio de seu livro Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste foi escrito por Milton Santos, que fez parte da banca de doutorado da tese que gerou o livro; e também Marcos A. Saquet, que publicou artigos e reconhece na obra Abordagens e concepções de território, de 2007, a importância de Milton Santos na assunção do conceito na Geografia brasileira de início dos 1990; e Antônio Carlos Robert Moraes, que dedica sua última obra, de 2013, a sistematizar a contribuição de Milton Santos na abordagem territorial.

## Rogério Haesbaert: a des-re-territorialização

Um dos nomes que desponta nesse movimento é o de Rogério Haesbaert da Costa. Atualmente professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF), "gaúcho" de origem, traz como ethos de seus estudos e publicações (46 artigos, 23 livros publicação, organização e/ou edição e 61 capítulos de livros) a perspectiva territorial, desde fins dos anos 1980, ao iniciar pesquisas sobre a identidade regional e territorial de gaúchos migrantes (temática geradora de seus trabalhos de mestrado e doutorado), até os tempos atuais, quando afloraram e se tornaram conhecidas suas análises e sistematizações sobre os movimentos de desterritorialização e reterritorialização de povos excluídos e sobre as multiterritorialidades em termos econômicos e culturais.

Podemos dizer que na obra *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade* (2004) expõe-se uma síntese do quadro teórico desenvolvido pelo autor, com um hibridismo de influências teóricas que subsidiam sua discussão de território (Robert Sack, Claude Raffestin, Gilles Deleuze e Félix Guattari, Jean Gottman, Karl Marx, Emile Durkheim, Michael Foucault, Octávio Ianni), destacando-se, nesse sentido, uma concepção territorial que ultrapassa o político-jurídico-estatal, *stricto sensu*, e que caminha para uma compreensão mais ampla socialmente, buscando compreender os fenômenos econômicos e culturais que explicam os fenômenos de identificação e desidentificação, enraizamento e desenraizamento, da sociedade no espaço.

O autor argumenta que o território e a territorialidade associados à espécie humana apresentam uma tradição analítica não somente na Geografia (que privilegia a interação sociedade-natureza), mas também na Ciência política (concepção de Estado), na Economia (como fator locacional ou força produtiva), na Antropologia (que traz a dimensão simbólica e o ponto de vista das sociedades tradicionais), a Sociologia (com a visão das relações sociais) e a Psicologia (construção da subjetividade e da identidade pessoal).

Assim, pode existir um território, como espaço controlado e apropriado por um grupo, Estado ou atividade econômica, em quatro vertentes básicas (política; cultural; econômica e naturalista), e em três perspectivas teóricas de conceituação: a materialista (vinculada às concepções naturalistas; de base econômica e de tradição jurídico-política), a idealista (vinculada às perspectivas simbólicas e culturais), e a perspectiva integradora (que considera o território como integrador ou uma mediação das diferentes dimensões sociais, como a ideia de território em rede). Desse modo,

o autor faz uma crítica à concepção pós-moderna<sup>7</sup> de que a desterritorialização envolve o fim dos territórios ou seu esvaziamento de sentido, qualificando-a como um mito. No bojo do processo de globalização e mundialização do capital, o que estaria ocorrendo é um movimento mais constante de desterritorialização (perda ou destruição de vínculos identitários e de enraizamento em termos econômicos, políticos e culturais), concomitante ao de re-territorialização (que seria a reconstrução desses vínculos em outros lugares ou por substituição nos mesmos lugares).

A crítica que ocorre é que o movimento de constituição de uma economia-mundo de mercados integrados seria por si só desterritorializadora, pois que leva as empresas à busca de deslocalização de atividades por vantagens de custos de oportunidade nos lugares (mobilidade técnico-funcional) e as populações excluídas desse processo (massa trabalhadora, os migrantes, os novos "nômades") formariam os aglomerados de exclusão, exemplos de desterritorialização extrema e de (re) territorialização precária.

Se constituem, assim, territórios-rede, reticulares ou por sobreposição, pois "a perspectiva de espaço-superfície sucumbe à descontinuidade, fragmentação e à simultaneidade de territórios que não conseguimos mais distinguir onde começam e onde terminam, ou, ainda, onde irão eclodir" (HAESBAERT, 2006, p. 348). O domínio dos fluxos e da mobilidade (acelerado pelas redes informacionais e virtuais e pelos meios de transportes rápidos), da flexibilização das relações de trabalho e de produção e a hibridização e massificação cultural, conduzem a uma "multiterritorialidade pós-moderna", a perspectiva de ser e estar na simultaneidade de diversos territórios, tanto em nível de classes, grupos e instituições (como o Estado)<sup>8</sup>, e a multiterritorialidade individual das experiências pessoais em vários territórios e territorialidades e a de grupos que se deslocam no espaço e guardam relações de identidade e/ou de interdependência com os lugares de origem (diáspora).

<sup>7</sup>Harvey (1989), na obra *Condição pós-moderna*, explora os aspectos de mudança nos modos de produção, na arquitetura e urbanismo e nas artes para definir esse movimento de mudança como a "continuidade da condição de fragmentação, efemeridade, descontinuidade e mudança caótica no pensamento" (p. 49), ressaltando também que a "maioria dos pensadores pós-modernos está fascinada pelas novas possibilidades de informação e de produção, de análise e transferência de conhecimento" (p. 53). Daí que essa condição pós-moderna, ao trazer em seu bojo a transição do fordismo para a acumulação flexível, implica novas formas organizacionais e tecnologias produtivas que buscam diminuir o tempo de giro do capital em muitos setores de produção, com sistemas aperfeiçoados de comunicação e fluxos de informações a possibilitar a rápida circulação de mercadorias no espaço, além da crescente mobilidade geográfica do capital em deslocalizações e realocações industriais, criando a aparente impressão de "encurtamento das distâncias físicas", a compressão do espaço pelo tempo, diante da também aparente homogeneização cultural do mundo pelos sistemas de comunicação e da "indústria produtora de imagens" (produções televisivas, marketing direto, mídia em geral).

<sup>8</sup>Como a multiterritorialização ou multiterritorialidade do Estado, em seus níveis político-administrativos, e das empresas globais ou multinacionais, com suas redes de filiais, fornecedores, distribuidores e contratantes em diversos lugares interconectados.

## Marcos A. Saquet: a multidimensionalidade

Marcos Aurélio Saquet, professor e pesquisador da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), de Francisco Beltrão, e docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp-Presidente Prudente, é também um dos "grandes desbravadores" da epistemologia do território na Geografia brasileira atual e isso aparece em diversos de seus artigos e produções (51 artigos, 24 livros publicados, organizados e/ou edição e 33 capítulos de livros) (SAQUET, 2006, 2007b, 2010, 2011b). Buscando visualizar as relações de poder e de apropriação espaciais (que formam os territórios) na colonização italiana no Rio Grande do Sul, na agricultura familiar e nos movimentos campo-cidade no sudoeste paranaense, Marcos Saquet vai reunir esse corpo de conhecimento adquirido e juntar a outras influências advindas com sua pesquisa de pós-doutoramento na Itália, na Universidade Politécnica de Turim (sob supervisão do geógrafo Giuseppe Dematteis), lançando *Abordagens e concepções de território*, sua grande obra de síntese teórica.

Saquet (2007a) define o território pelas relações de poder que ele enseja, tanto em termos de materialidades quanto imaterialidades. Seriam "relações de poder que estão nas famílias, nas universidades, no Estado e nas suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, na Igreja, enfim, em nossa vida cotidiana" (SAQUET, 2007a, p. 25). O autor busca, em sua proposta de abordagem territorial, de inspiração marxista não ortodoxa, articular as dimensões sociais do território com a natureza exterior ao homem (processo histórico e das escalas espaciais), perfazendo uma ampla retrospectiva bibliográfica sobre o conceito (imbricado na análise das relações de poder), tanto na Geografia brasileira quanto em fontes estrangeiras para entender o quadro histórico de constituição de noções como territorialidades, des(re)territorialização e desenvolvimento no/do território.

O conceito de território deve ser analisado em suas dimensões sociais (expressas nas territorialidades), como a economia (E), a política (P), a cultura (C) e relações do homem em sociedade com sua natureza exterior (N), reconhecendo a importância do tempo histórico, da coexistência espacial (multiescalaridade) e as continuidades e descontinuidades definidas pelas redes, relações de poder e identidades.

Posto isso, o autor propõe uma abordagem simultaneamente material e imaterial do território (integradora), pois na "territorialização há localização, formas espaciais, relações e interações, fluxos e redes, movimento (...), por sujeitos diversos, interesses, necessidades, escalas e lugares" (SAQUET, 2007a, p. 160). O autor conclui que

(...) a territorialização é (i)material, com aspectos ligados ao movimento de reprodução da sociedade

e da natureza e com elementos específicos de cada lugar, grupo social, etnia, período, momento. Há uma (i)materialidade das formas e relações sociais: uma está na outra; as obras estão nos conteúdos, nas territorialidades e estas nas obras; não consigo imaginar que existam formas sem relações e relações sem formas. A (i)materialidade ocorre na relação E-P-C-N, no território, na territorialidade. (SAQUET, 2007a, p. 160-161)

## Considerações finais: para não concluir

O presente artigo propôs uma análise de algumas das contribuições realizadas pela Geografia brasileira acerca do conceito de "território", com base em uma revisão bibliográfica e em um estudo de gênero teórico-epistemológico. Este trabalho buscou caracterizar algumas das ideias e matrizes fundamentais daqueles que a partir dos anos 1970 e, sobretudo nos anos 1990, trouxeram o "território" novamente para o centro das discussões geográficas.

Desse modo, destacamos alguns personagens da Geografia brasileira para este estudo devido ao volume de contribuições e riqueza das análises que colocam o território em posição de "centralidade" epistemológica. É preciso pontuar que nos estudos territoriais consultados a conceitualização ganha novas dimensões além da perspectiva político-histórica, incorporando cada vez mais os fatores econômicos (produtivos e institucionais); e culturais (imateriais, simbólicos e ideológicos), que representam uma transição importante da concepção de território, como espaço fixo e material, para concepções que valorizam a pluralidade e multiescalaridades das formas de apropriação do espaço, considerando as territorialidades e dimensões relacionais.

As mudanças paradigmáticas da discussão brasileira sobre o "território" não são exclusivas de nossa forma de fazer "ciência", mas estimuladas pelos fatores externos da transição para um mundo pós-moderno e de economia capitalista mundializada, com impactos sobre as formas de apreensão de tempo e espaço, e também por características internas da própria ciência geográfica que passa a se comportar de forma mais eclética, com um diálogo menos ortodoxo entre concepções filosóficas de entendimento do ser e do seu ambiente (estruturalismo, marxismo, fenomenologia-humanística, teoria dos sistemas) (CLAVAL, 1999). Desse modo, quando Milton Santos anuncia em 1993 o "retorno do território", já existia um certo aprofundamento, em nível internacional e nacional, sobre as dimensões territoriais dos processos econômicos e políticos.

Mas havia ali um ponto de inflexão, que estimulou a revalorização da discussão e análise dos/sobre os conceitos geográficos e instigou investigações das relações de poder-uso-apropriação-produção no/do espaço, indo além do exclusivismo territorial

estatal. As dimensões contemporâneas da mobilidade, desenraizamento e desidentificação levaram criação de novas formas, menos institucionais e formais, de controle territorial, culminando com a emergência de análises sobre a des(re)territorialização (nas dimensões políticas, econômicas e culturais), as territorialidades culturais urbanas; as territorialidades flexíveis, cíclicas; os territórios em rede; os conflitos sociais e a territorialização dos movimentos sociais; as práticas de gestão e de territorialização do desenvolvimento nos âmbitos local e regional, entre outras vertentes hoje tidas como comuns.

Desse modo, reconhecemos na presente análise seus limites interpretativos pela necessidade de se escolher certos geógrafos e obras e, por certo, desprezando estudos e pesquisas de outras fontes e autores<sup>9</sup>. Sabendo-se que esse é o passo inicial de uma "longa e exaustiva incursão" pelos meandros da epistemologia e da história do pensamento da Geografia brasileira. Ao momento, conseguimos pontuar que a análise do território vem sofrendo transformações mais profundas desde os anos 1990, privilegiando-se cada vez mais a multidimensionalidade, multiescalaridade e as perspectivas relacional-dinâmica do conceito, afetado que foi em seu cerne pela dita "crise da modernidade" e as metateorias assentadas nas teses da integração total (tecnológica, comunicacional e econômico-comercial) do globo e o "fim das fronteiras".

Tanto no Brasil quanto no exterior, a busca pela diferenciação e pela diversidade espacial de lugares e regiões fez religar a lanterna que iluminava o "território", e a ampliação do debate geográfico para os campos das filosofias e ciências afins fecundou o "retorno do território" na centralidade do debate, vendo-se que todo espaço apropriado, usado, controlado, vivido, representado e produzido é assim definido por e a partir de relações de poder, e que a autonomia, a soberania

e o desenvolvimento não são somente desígnios do Estado (ou mesmo das grandes corporações nacionais e globais), mas também dos grupos sociais, movimentos, comunidades e indivíduos cuja luta pelo "direito" ao território nem sempre ocorre pelas vias convencionais, pelas armas e estratégias tradicionais. São outras vias, são outros territórios e territorialidades, e a Geografia brasileira tem perseguido essas trilhas.

<sup>9</sup>É possível destacar as valiosas contribuições para a discussão territorial de outros geógrafos brasileiros não colocados com tanta ênfase no texto, como Eliseu Savério Sposito, docente da Unesp de Presidente Prudente, que tem contribuição com a teoria do território e de outros conceitos/categorias geográficas e aplicado esse arcabouço em estudos e orientações variadas. Destacamos aqui sua caracterização sobre "território" no plano do método e dos conceitos na obra Geografia e filosofia, de 2004, e também o capítulo de livro "A metamorfose do território em região: o devir e o atraso como referências do discurso", em co-autoria com Ana Cláudia Dundes (In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (orgs.), Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. 1, p. 117-145). Bernardo Mançano Fernandes, também docente da Unesp de Presidente Prudente, coordenador do grupo acadêmico NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos sobre Reforma Agrária), é um geógrafo que desde há muitos anos se dedica aos estudos sobre a territorialização do campesinato, conflitos territoriais e os movimentos sociais de luta pela terra, com produções que vão desde a obra MST: formação e territorialização, de 1996, baseada em sua tese de doutorado na USP, até produções mais recentes pensando em um teoria sobre o Território baseada nas lutas pela terra (questão agrária), como o texto "Por uma tipologia de territórios" contida na coletânea Território e territorialidades: teorias processos e conflitos, organizada por Eliseu Sposito e Marcos Saquet (SP: Expressão Popular, 2009). Aldomar A. Ruckert, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador do Laboratório Estado e Território (LABETER), é outro geógrafo que tem dedicado suas pesquisas às dimensões e aos usos do território nas regiões de fronteira e nos processos de integração regional, além de ter se destacado na análise e na proposta de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT). Dentre suas várias contribuições, destacamos os artigos "Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades" (Geosp, São Paulo, v. 17, p. 79-94, 2005), e "A Política Nacional de Ordenamento Territorial" (Scripta Nova, Barcelona, v. 11, p. 1-20, 2007).

## Referências

- ADAS, Sérgio. (2006) *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)* – Vol. I. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, USP, 481 f.
- ANDRADE, Manuel C. (2004) *A questão do território no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (2002) Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L. *Território: globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 213-220.
- ANDRADE, Manuel C.; ANDRADE, Sandra, M. C. (2003) *A federação brasileira: uma análise geopolítica e geossocial*. São Paulo: Contexto (Série Pensando a Geografia).
- ARROYO, Mônica. (2004) Território, Mercado e Estado: uma convergência histórica. *Geographia*, UFF, ano, n. 12, p. 49-66.
- BECKER, Bertha K. (2010) Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr.
- \_\_\_\_\_. (1983) O uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In: BECKER, Bertha K. et al. *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- \_\_\_\_\_. (1988) A geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, v. 2, n. 1, p. 99-125.
- \_\_\_\_\_. (1995) A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná E. et al. *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 271-308.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. (1993) *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. RJ: Bertrand Brasil.
- BORDREUIL, Jean S., e Ostrowetsky, Sylvia. (1979) Pour une réévaluation de la puissance sociale des dispositifs spatiaux. *Espaces et Sociétés*, v. 28-29, p. 3-8.
- CATAIA, Márcio. (2011) Território político: fundamento e fundação do Estado. *Sociedade e natureza*, Uberlândia, UFU, v. 23, n. 1, p. 115-125, abr.
- CLAVAL, Paul. (1999) O território na transição da pós-modernidade. *Geographia*, Niterói, UFF, ano 1, n. 2.
- COSTA, Wanderley M. (2008) *Geografia política e geopolítica*. 2. ed. São Paulo: Edusp.
- \_\_\_\_\_. (1988) *O Estado e as Políticas territoriais no Brasil*. SP: Contexto.
- COSTA, Benhur P. (2007) *Por uma geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade*. Tese (doutorado), Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-graduação em Geografia, dez, 360 f.
- COSTA, Benhur P.; HEIDRICH, Álvaro L. (2007) Além da sociedade – os dramas e os conflitos do espaço social: o exemplo das microterritorializações homoeróticas. *Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica*, Porto Alegre, UFRGS, 28 de maio a 1 de junho.
- DEMATTEIS, Giuseppe. (2006) En la encrucijada de la territorialidad urbana. *Bitacora-Urbano/Territorial*, v. 10, n. 1, p. 53-63.
- EGLER, Cláudio A. G. (2003) Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná E. et al. *Geografia: Conceitos e temas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 207-238.
- FERNANDES, Bernardo M. (2009) Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 197-216.
- \_\_\_\_\_. (2008) Entrando nos territórios do território. In: FERNANDES, Bernardo M. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, p. 273-302.
- \_\_\_\_\_. (2005) Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuições teóricas para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, Presidente Prudente, Unesp, ano 8, n. 6, jan./jun.
- FOUCAULT Michel. (1979) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (2004) *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Gallimard/Seuil.

- FUINI, Lucas L.; PIRES, Elson L. (2009) As dimensões da governança territorial: delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 291-314.
- GOTTMAN, Jean. (2012) A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia, AGB-Campinas*, v. 2, n. 3, p. 523-545.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Raquel. (1996) *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- HAESBAERT, Rogério. (2006) *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_. (2003) A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E. et al. *Geografia: Conceitos e temas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 165-206.
- \_\_\_\_\_. (2010) Territórios, insegurança e risco em tempos de contenção territorial. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A.; VAINER, C.; SANTOS, M. (orgs.) *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 537-557.
- \_\_\_\_\_. (2007) Território e multiterritorialidade: um debate. *Geographia, Niterói, UFF*, Ano 9, n. 17, 19-46.
- HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. (2009) A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *Geographia, Niterói, UFF*.
- HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiana T. (2004) O mito da desterritorialização econômica. *Geographia, UFF*, ano 6, n. 12, p. 25-48.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. (2007) O território em tempos de globalização. Etc.: *Espaço, Tempo e Crítica, Niterói, UFF*, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago.
- HARVEY, David. (1989) *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. (2001) *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MORAES, Antonio C. R. (2005) *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. 5. ed. SP: Annablume.
- \_\_\_\_\_. (2002) *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anna Blume.
- \_\_\_\_\_. (2000) *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (2005) Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: MELLO, N. A. de; OLIVEIRA Jr., R. (orgs.) *Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial*. Brasília: IICA-Ministério da Integração Nacional, p. 43-48.
- MORAES, Antônio C. R.; COSTA, Wanderley M. (1984) *Geografia crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec.
- PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de. (orgs.) *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular.
- PICINATTO, A.; SPIER, G; LIMA, I.; GERMANI, R. (2009) Território na abordagem geográfica de Bertha Becker. In: SAQUET, M.; SOUZA, E. (orgs.) *Leituras do conceito de território e de processos espaciais*. São Paulo: Expressão Popular, p. 67-77.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (1993) Geografia política e desenvolvimento sustentável. *Terra Livre, São Paulo, AGB*, n. 11-12, p. 9-76, ago/1992-ago/1993.
- \_\_\_\_\_. (2006) A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana E. *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires, Clacso, p. 151-197.
- \_\_\_\_\_. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades (2002). In: CECEÑA, Ana E.; SADER, Emir. (org.) *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso, p. 217-256.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, Pedro A. (2012) Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Pólis-Revista Latino-Americana*, n. 31, p. 2-28.
- QUIJANO, Anibal. (2000) Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) *La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO.

- RAFFESTIN, Claude. (1993) *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. (2009) A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 17-36.
- RATZEL, Friedrich. (2011) A relação entre o solo e o Estado (Cap. I). Texto traduzido. *Geosp*, n. 29, p. 51-59.
- SACK, R. (1986) *Human territoriality: Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANTOS, M. (1992) *Espaço e método*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1996) *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (2003) *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record.
- \_\_\_\_\_. (2002) O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L. *Território: globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur.
- \_\_\_\_\_. (2002) *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (2010) *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 10. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record.
- SAQUET, M. A. (2007a) *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular.
- SAQUET, M. A. (2007b) As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, Programa de pós-graduação em Geografia, UFSC, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan.-jun.
- \_\_\_\_\_. (2009) Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 73-94.
- \_\_\_\_\_. (2010) Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: Geografia, região, espaço e território. *GeoUERJ*, ano 12, n. 21, v. 2, 2º Sem.
- \_\_\_\_\_. (2006) Proposições para estudos territoriais. *Geographia*, Niterói, UFF, ano 8, n. 15.
- \_\_\_\_\_. (2007) As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, Florianópolis, UFSC, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun.
- \_\_\_\_\_. (2010) Contribuições para a obra de Manuel Correia de Andrade: Geografia, região, espaço e território. *GeoUERJ*, Ano 12, n. 21, v. 2, 2º semestre.
- \_\_\_\_\_. (2011a) O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. *Resgate*, Campinas, Unicamp, vol. XIX, n. 21, p. 5-15, jan./jun.
- \_\_\_\_\_. (2011b) Abordagens e concepções de território e territorialidade. *Revista Geográfica da América Central* (Número especial EGAL), ISBN 2115-2563, p. 1-15.
- SAQUET, Marcos A.; SILVA, Sueli S. da. (2008) Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, UERJ, n. 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2º semestre.
- SAQUET, Marcos A.; CICHOSKI, Pâmela. (2012) Considerações sobre a concepção de Geografia, espaço e território na obra de Bertha Becker. *Anais do 21º Encontro Nacional de Reforma Agrária, Uberlândia, UFU*, 15 a 19 de outubro.
- SILVEIRA, Maria Laura. (2011) Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, Bauru, AGB, v. 15, n. 1, p. 4-12, jan./dez.
- SOUZA, Marcelo L. (2013) *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_. (2009) Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 57-72.
- \_\_\_\_\_. (1995) O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. et al. *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116.
- \_\_\_\_\_. (1989) O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 51, n. 2, p. 139-172.

SPOSITO, Eliseu S. (2004) *Geografia e Filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Edunesp.

SPOSITO, Eliseu S.; DUNDES, Ana C. (2010) A metamorfose do território em região: o devir e o atraso como referências do discurso. In: PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson B. Clemente de. (orgs.) *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, p. 117-145.

VALVERDE, Orlando. (1967) Geografia da pecuária no Brasil. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, v. 2, n. 4, p. 244-261.